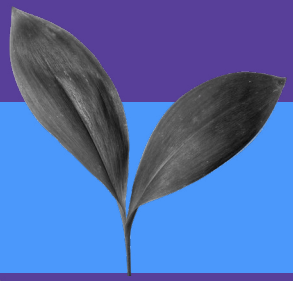
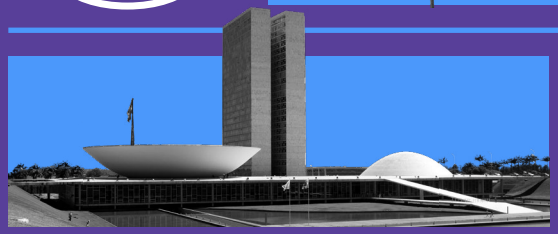
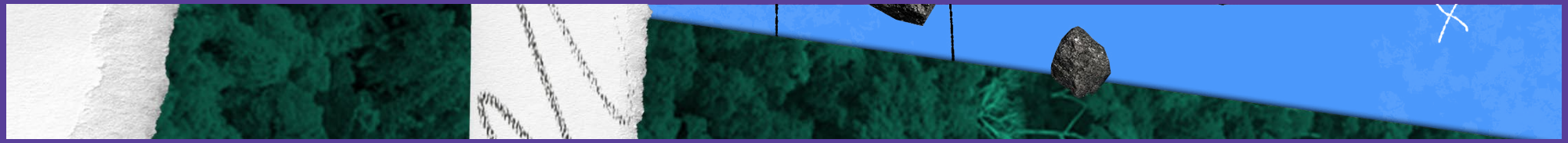
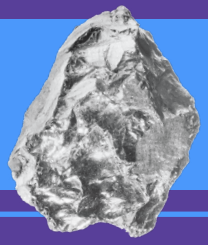
2022 / RELATÓRIO DE ATIVIDADES

INSTITUTO ESCOLHAS

O ANO EM QUE SEMEAMOS O FUTURO






CONSELHO DIRETOR
Mariana Luz (presidente)
Marcos Lisboa
Ricardo Sennes
Sergio Leitão

CONSELHO CIENTÍFICO
Rudi Rocha (presidente)
Ariaster Chimeli
Izabella Teixeira
Marcelo Paixão
Marcos Lisboa

CONSELHO FISCAL
Plínio Ribeiro (presidente)
Fernando Furriela
Zeina Latif

EQUIPE

DIRETOR-EXECUTIVO
Sergio Leitão

GERENTES DE PORTFÓLIO
Jaqueline Ferreira
Larissa Rodrigues

GERENTES DE PROJETOS
Juliana Luiz
Juliana Siqueira-Gay
Patrícia Pinheiro
Virginia Antonioli

GERENTE DE PROCESSOS INSTITUCIONAIS
Gisela Cordeiro

ANALISTA DO DEPTO. FINANCEIRO
Rafael Cardoso

GERENTE DE COMUNICAÇÃO
Cinthia Sento Sé

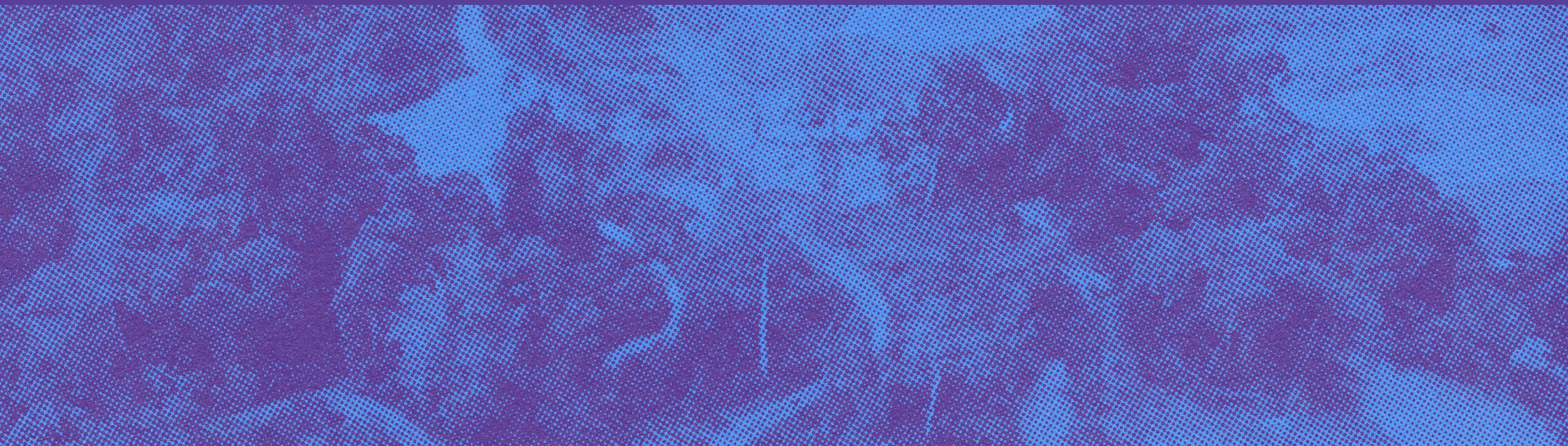
ASSESSORIA DE MÍDIA
Salete Cangussu

ANALISTA DE COMUNICAÇÃO
Gabriela Matos

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Cinthia Sento Sé

EDIÇÃO DE TEXTOS
Cinthia Sento Sé

EDIÇÃO DE ARTE
Casa Grida



Menu

1

O que passou já é

Sobre sementes e colheitas

Os primeiros frutos de 2023

Números de 2022

De cara nova

2

Estudos e Publicações

Mineração

Sistemas Alimentares

Bioeconomia

Uso da Terra

Energia

Outros Temas

3

Cátedra Escolhas

Mesmo programa, novo público

4

Comunicação

Mais que importante: fundamental

Destravando a Bioeconomia

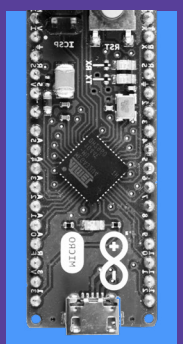
5

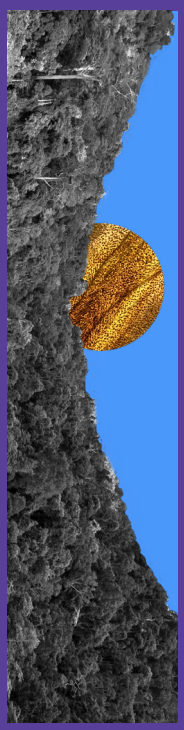
Gestão Institucional

Relatório financeiro

١

O QUE PASSOU JÁ É









ESTUDOS E PUBLICAÇÕES ٢

CÁTEDRA ESCOLHAS ٣

COMUNICAÇÃO ٤

GESTÃO INSTITUCIONAL ٥

Sobre sementes e colheitas

Ao longo de 2022, o Instituto Escolhas estabeleceu ou intensificou parcerias com quem estava do mesmo lado da trincheira, agindo na defesa e no fortalecimento de instituições e pautas democráticas. Era imprescindível abrir caminhos para agendas vinculadas ao desenvolvimento sustentável, fosse qual fosse o resultado daquela histórica votação, que culminou com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para o seu terceiro mandato como presidente do Brasil. Foi o que fizemos.

Logo após o pleito, cumprimos intensa agenda de encontros junto a membros da equipe de transição, com o intuito de apresentar propostas e auxiliar no estabelecimento das prioridades do governo eleito em torno de temas importantes como as concessões florestais e o combate combate às operações ilegais para extração de ouro na Amazônia.

Nesse processo, vimos o quanto as soluções desenvolvidas pelas organizações socioambientais são fundamentais para orientar a ação governamental e acelerar a superação dos retrocessos impostos ao país pela gestão anterior. Tanto que, já no primeiro semestre de 2023, começamos a colher os frutos das sementes lançadas (veja aqui).

No entanto, ainda que possamos celebrar uma nova época, marcada por diálogo e (re)construção, desafios antigos seguem batendo à porta. Se o país já não precisa desmatar para produzir, por que não estamos em passo acelerado rumo ao desmatamento zero? Se a bioeconomia é um setor com alto potencial de emprego e renda, por que ainda não investimos recursos suficientes para destravar essa agenda, em lugar de apostar nas mesmas soluções ineficazes?

Para essas e outras perguntas, ainda há tempo de apontar e construir soluções, possibilidades e saídas. E é isso que seguiremos fazendo.

EQUIPE ESCOLHAS

“Em 2022, tínhamos plena ciência de que o ano seguinte seria difícil ou inviável, a depender do resultado da eleição. Qual fosse o cenário, o país precisaria dispor de propostas no campo do desenvolvimento sustentável e da economia de baixo carbono. Foi no desenvolvimento dessas soluções, e no diálogo com quem poderia levá-las adiante dentro da gestão pública, que o Escolhas centrou seus esforços no ano passado.”



SERGIO LEITÃO,
DIRETOR-EXECUTIVO

MENU

Os primeiros frutos de 2023

Nas reuniões da nossa equipe com o governo de transição, defendemos a realização de todos os atos descritos abaixo. O estabelecimento desses novos marcos legais representa, para o Escolhas, um avanço significativo na agenda da sustentabilidade.



Revogação do decreto – pelo presidente Lula, no primeiro dia útil do ano – que estimula a garimpagem em Terras Indígenas e em áreas de proteção ambiental.



Publicação da instrução normativa que implementa o uso de notas fiscais eletrônicas na comercialização do ouro que sai dos garimpos.



Suspensão da presunção de boa-fé no comércio do ouro extraído nos garimpos, segundo decisão da maioria formada no Supremo Tribunal Federal (STF).



Aprovação, no Senado, da MP 1.151/2022, que altera a legislação para fortalecer o mecanismo das concessões florestais.

Todos os itens receberam aportes fundamentais do Instituto Escolhas para a sua elaboração. Os dados do estudo Raio X do Ouro, que pautou todo o debate nacional sobre o tema, foram citados na decisão do ministro Gilmar Mendes, encaminhada ao STF.

Já a MP 1.151/22, originada do Projeto de Lei apresentado pelo deputado Rodrigo Agostinho (atual presidente do Ibama), teve subsídios do estudo ***Destravando a agenda da Bioeconomia: soluções para impulsionar as concessões florestais no Brasil.*** O novo marco legal confere maior atratividade às concessões florestais e reforça o entendimento de que a floresta em pé vale muito mais, bem como mantém a proteção dos povos e comunidades tradicionais prevista na Lei de Gestão de Florestas Públicas, que desde 2006 veda a existência de concessões em seus territórios.

Números de 2022

14 publicações

7 estudos

5 propostas para transição

3 plataformas interativas

3 onepages

2 webinars

2 documentos com contribuições para consultas públicas

1 policy brief

1 capacitação online sobre patrimônio genético e CTA

1 projeto de lei

De cara nova

Em março, o Escolhas apresentou ao mundo a sua nova identidade visual.

Com isso, contamos agora com uma logomarca que associa princípios da nossa atuação – como a clareza, a independência e a agilidade – à densidade e complexidade dos temas nos quais atuamos.

A mesma lógica foi adotada para a criação do nosso projeto gráfico, que traz recursos de microedição para conferir texturas e ritmo à informação apresentada, buscando assegurar maior entendimento de quem a consome.



2

ESTUDOS E PUBLICAÇÕES

Mineração

No ano passado, o Escolhas foi responsável por levantar e divulgar dados que pautaram a discussão sobre a cadeia do ouro ilegal no país e no exterior. Com isso, avançamos no desafio de apresentar elementos capazes de embasar a supressão da presunção de boa-fé, dispositivo legal que isentava os compradores do ouro do garimpo de qualquer responsabilidade sobre a origem do metal.

E, como este relatório está sendo publicado em 2023, vamos avançar no tempo para lembrar que a boa-fé caiu, finalmente, após decisão do STF (leia mais aqui).



“Os dados do estudo Raio X do Ouro pautaram a imprensa nacional e internacional, evidenciando a importância de colocar números no comércio de ouro ilegal do país. Também merece destaque a nossa proposta de rastreabilidade, que tem inspirado a ação de gestores públicos na definição e implementação de um sistema de rastreabilidade do ouro brasileiro.”

LARISSA RODRIGUES, GERENTE DE PORTFÓLIO

MENU

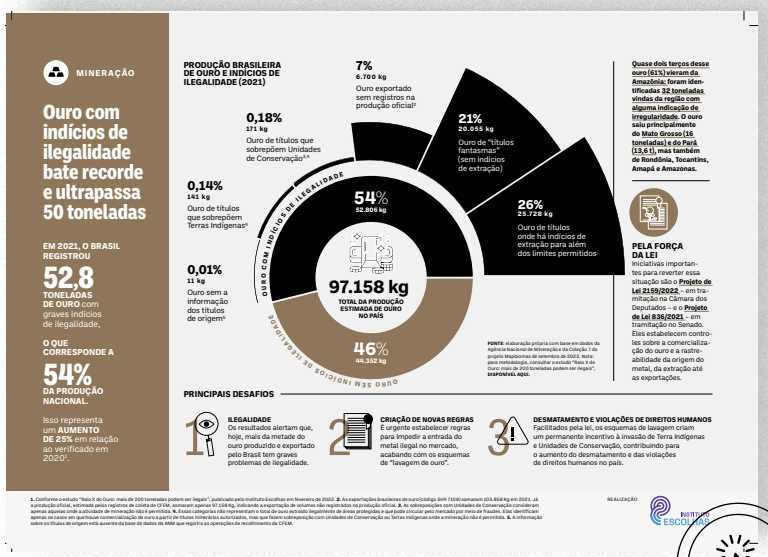
Mineração



FEVEREIRO

RAIO X DO OURO: MAIS DE 200 TONELADAS PODEM SER ILEGAIS

Entre 2015 e 2020, foram comercializadas no Brasil 229 toneladas de ouro cuja origem tinha claros indícios de ilegalidade. Isso representa praticamente a metade de todo o ouro extraído no país naquele período. Apenas cinco companhias operaram um terço do volume identificado. Esses e outros dados foram apresentados de forma inédita nesta publicação, passando a pautar as discussões sobre as operações ilegais na cadeia do ouro brasileiro.



OUTUBRO

OURO COM INDÍCIOS DE ILEGALIDADE BATE RECORDE E ULTRAPASSA 50 TONELADAS

Oito meses depois, esta onepage trouxe dados que atualizam o estudo ***Raio X do ouro: mais de 200 toneladas podem ser ilegais***, revelando um aumento de 25% em relação ao verificado na primeira publicação, em 2020. Assim, somente em 2021, o Brasil registrou 52,8 toneladas de ouro com graves indícios de ilegalidade, o que corresponde a 54% da produção nacional.

Mineração



JUNHO

BLOCKCHAIN, RASTREABILIDADE E MONITORAMENTO PARA O OURO BRASILEIRO

O estudo traz uma proposta de sistema de rastreabilidade para o ouro brasileiro capaz de coibir o comércio ilegal e tornar mais efetivo o conjunto de ações de fiscalização, superando falhas institucionais e regulatórias que impedem um controle mais eficiente e transparente da cadeia. Com a implementação do sistema, o país contaria com uma ferramenta robusta para barrar também o desmatamento e as violações de direitos humanos decorrentes das operações ilegais.

A proposta Blockchain, rastreabilidade e monitoramento para o ouro brasileiro subsidiou a elaboração do *PL 2.159/2022,*

APRESENTADO PELA ENTÃO DEPUTADA FEDERAL JOENIA WAPICHANA, ATUAL PRESIDENTA DA FUNAI. O pl estabelece novos parâmetros para compra, venda e transporte do ouro brasileiro em todo o território nacional e para exportação.

Mineração

JUNHO

O QUE NÃO LHE CONTAM SOBRE O OURO

Plataforma digital com dados sobre a exploração ilegal do ouro brasileiro, incluindo detalhes da legislação referente ao tema e recomendações aos setores envolvidos para coibir a prática em território nacional. A plataforma traz ainda um infográfico interativo que permite visualizar de onde sai e para onde vai o ouro com indícios de irregularidade.





O FIM DA BOA-FÉ

No fim de 2022, o estudo ***"Raio X do ouro: mais de 200 toneladas podem ser ilegais"*** foi a base para a apresentação de uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) junto ao Supremo Tribunal Federal. Com o apoio do Escolhas, a ADI foi construída pelo Observatório do Clima, em conjunto com os partidos PSB e Rede Sustentabilidade, e questionou a presunção da boa-fé para a efetividade dos controles no comércio de ouro. Como resultado, em abril de 2023, o Ministro Gilmar Mendes, relator da ADI 7273, suspendeu a presunção da boa-fé e deu 90 dias para que o governo fixasse novas regras para o controle do comércio do ouro oriundo dos garimpos.

Mineração



NOVEMBRO

OURO ACIMA DA LEI: ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA EM PERIGO

O estudo analisou dados referentes a compra e venda de ouro na Amazônia entre 2018 e 2020, revelando que **98% DO OURO COMERCIALIZADO** a partir do entorno de Terras Indígenas na Amazônia têm graves indícios de ilegalidade. Esses e outros dados atestam a intensa pressão das operações ilegais de extração de ouro sobre o meio ambiente em áreas protegidas da Amazônia, como Terras Indígenas e Unidades de Conservação, essenciais para a sobrevivência dos povos originários e para a preservação dos recursos da floresta.

Em novembro, o Escolhas *respondeu à Consulta Pública nº 3/2022* da Agência Nacional de Mineração sobre minuta de Resolução para a regulamentação dos artigos 10 e 11 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, no intuito de combater a lavagem de pedras e metais preciosos.

O INSTITUTO SUGERIU NOVA REDAÇÃO para sete artigos e a adição de dois novos artigos à minuta (12-A e 13-A).

Sistemas Alimentares

A agricultura urbana tem sido o foco do Escolhas nessa temática. Mais uma vez, nossos estudos trouxeram dados para orientar a ação dos gestores públicos na área, unindo diagnóstico e recomendações nos produtos lançados.



“Embora possa soar como uma novidade, a agricultura urbana tem longo histórico em algumas cidades brasileiras. Ao mapear iniciativas novas e antigas nessa temática, o Escolhas busca apoiar a gestão pública nas suas ações de fomento à produção de alimentos nos espaços urbanos, mostrando todas as possibilidades de ocupação e transformação desses espaços pela mão dos agricultores.”

JAQUELINE FERREIRA, GERENTE DE PORTFÓLIO

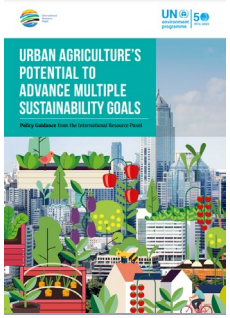
Sistemas Alimentares



OUTUBRO

OS DESAFIOS E O POTENCIAL DA AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA EM BELÉM

Desenvolvido em parceria com a prefeitura da capital paraense, o estudo mostra que a agricultura urbana e periurbana em Belém tem o potencial de abastecer com legumes e verduras 1,7 milhão de pessoas, além de suprir mais de 950 mil pessoas com bebida de açaí por ano e gerar 3.267 empregos. Os dados da pesquisa compõem um amplo panorama do sistema alimentar da cidade, trazendo informações sobre relações de produção, abastecimento, comercialização e consumo.



LENTES DIVERSAS SOBRE A AGRICULTURA URBANA

A agricultura praticada nos centros urbanos pode ser uma solução baseada na natureza para promover espaços verdes e gerar diversos benefícios à população e às cidades. É o que mostra o think piece ***Urban Agriculture's Potential to Advance Multiple Sustainability Goals,*** uma produção do International Resource Panel (IRP) do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

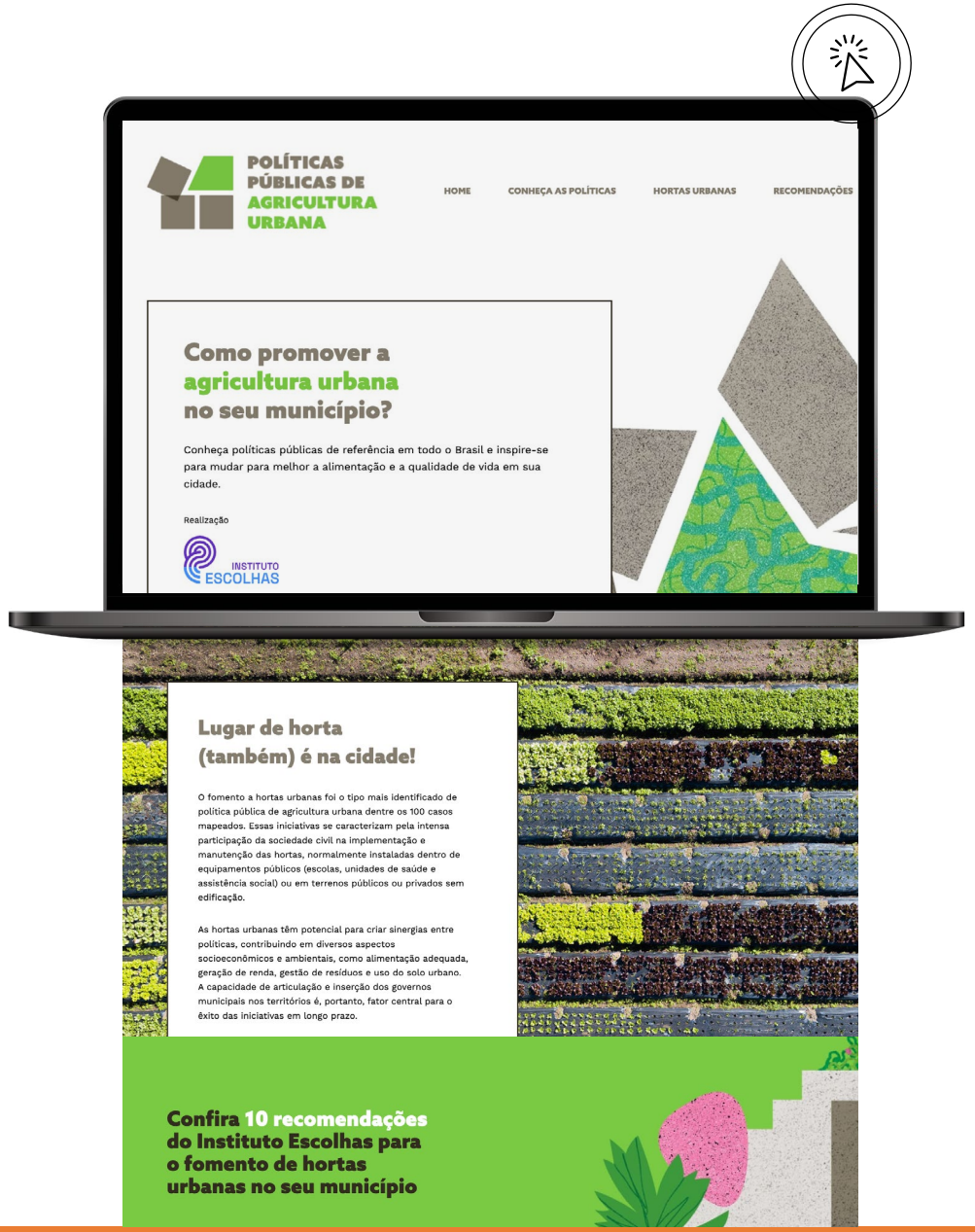
O Escolhas colaborou com o documento (dividido em duas **publicações) a convite da ex-ministra Izabella Teixeira, co-chair do IRP no Brasil, ao lado de instituições como o Ghana Institute of Management and Public Administration e a Princeton University. Desse trabalho** conjunto surgiu uma coletânea de reflexões baseadas no conhecimento científico que podem catalisar a geração de novas informações e revelar pontos críticos a serem abordados pela política pública.

Sistemas Alimentares

OUTUBRO

POLÍTICAS PÚBLICAS DE AGRICULTURA URBANA

Como incentivar a agricultura urbana nos municípios brasileiros? Para responder a essa questão, o Escolhas reuniu 100 iniciativas de governos locais destinadas ao fortalecimento da produção de alimentos em cidades com mais de 50 mil habitantes. Na plataforma, pode-se aprender sobre as diversas políticas de referência adotadas pelos municípios, seus objetivos e processos de implantação. Há também um conjunto de informações mais aprofundadas sobre as experiências de Belo Horizonte, Curitiba, Recife e Rio de Janeiro.



MENU

Bioeconomia

Dentro desse tema tão amplo, o Escolhas tem investido em pontos estruturantes, como o direcionamento de recursos públicos para atividades da bioeconomia e a revisão de aspectos legais capazes de travar ou destravar essa agenda.



“Descobrir, ao fim da pesquisa, que grande parte dos recursos que poderiam ser destinados à bioeconomia é hoje destinada a atividades relacionadas à degradação ambiental parece uma péssima notícia. E é. Mas também pode ser uma oportunidade. Recursos não faltam, e, com os estudos, já sabemos onde estão e podemos ir atrás deles.”

PATRICIA PINHEIRO, GERENTE DE PROJETOS

Bioeconomia



OUTUBRO

TEM RECURSO PARA A BIOECONOMIA NA AMAZÔNIA?

As políticas públicas podem estimular a bioeconomia com a oferta de financiamento e juros subsidiados e a aplicação de política tributária específica. E há recursos! Segundo o estudo, somente o Banco da Amazônia tem mais de R$ 33 bilhões que poderiam ser investidos na bioeconomia. Entretanto, analisando o caso dos estados do Pará e do Maranhão, a pesquisa mostra como uma grande quantidade de recursos públicos disponíveis na Região Amazônica acaba sendo dirigida a atividades associadas ao desmatamento.

CONTRIBUIÇÕES PARA O SISGEN

O Escolhas elaborou um ***documento com sugestões de ajustes e aperfeiçoamentos*** para o SisGen (Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado), com base no estudo ***Destravando a agenda da Bioeconomia: soluções para impulsionar o uso sustentável dos recursos genéticos e conhecimento tradicional no Brasil***. O texto foi apresentado à Secretaria de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente em março de 2022.

CAPACITAÇÃO ONLINE SOBRE PATRIMÔNIO GENÉTICO E CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO.

Em maio, o Instituto Escolhas realizou a capacitação online *Boas práticas para as pesquisas que acessam patrimônio genético e Conhecimento Tradicional Associado,* com o objetivo de instrumentalizar pesquisadores para a adequação de trabalhos acadêmicos à Lei nº 13.123/2015 e destacar a importância das populações tradicionais na conservação da biodiversidade.



Participaram professores, estudantes de pós-graduação e técnicos administrativos de instituições de Ensino Superior (IES), sendo que 80% das vagas foram destinadas a pesquisadores e técnicos da Amazônia. Cerca de oitenta pessoas completaram o curso de forma simultânea, e a gravação segue disponível no canal do Escolhas para quem tiver interesse em cumprir o percurso de aprendizado proposto.

A aula inaugural é ministrada por Braulio Dias, ex-secretário-geral da Convenção sobre Diversidade Biológica, e os quatro módulos seguintes, por advogados especialistas na área, vinculados ao escritório Nascimento e Mourão Advogados, com a participação de palestrantes convidados.

A capacitação foi realizada em parceria com a Pró-Reitoria de Inovação Científica da Universidade Federal do Amazonas (Protec/Ufam), a Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação Tecnológica da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Propit/Unifesspa) e os Núcleos de Inovação e Transferência Tecnológica da Universidade Federal Rural da Amazônia (NIT/Ufra) e do Instituto Federal do Pará (NITT/PROPPG/IFPA).

Uso da Terra

A investigação sobre o alto impacto ambiental do uso da terra pela cadeia da carne bovina e outros ramos da agropecuária vai além dos dados econômicos – ela detalha a estrutura do modelo de desenvolvimento adotado pelo país nas últimas décadas e mostra que ele precisa ser superado na transição para uma economia de baixo carbono.



“O agro precisa apresentar melhores resultados ambientais. E não há desculpas: o setor já possui todas as condições de produzir de maneira sustentável, sem desmatar. Não falta terra, nem técnica e dinheiro.”

JAQUELINE FERREIRA, GERENTE DE PORTFÓLIO

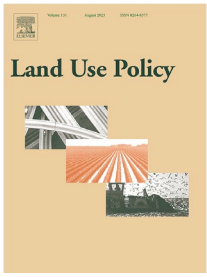
Uso da Terra



FEVEREIRO

COMO O AGRO BRASILEIRO SE BENEFICIA DO DESMATAMENTO?

A principal estratégia do agronegócio brasileiro para aumentar a sua produção é a constante incorporação de terras (via desmatamento ilegal ou legal). É o que mostra este estudo, cujos resultados evidenciam a opção do agro pela expansão do uso da terra, quando este poderia, por exemplo, investir em estratégias e tecnologias para aumentar a produtividade de áreas já ocupadas. De 1985 a 2020, o país perdeu 82 milhões de hectares de vegetação nativa, principalmente na Amazônia e no Cerrado, enquanto a área ocupada pelo agronegócio aumentou em 81 milhões de hectares. O setor alega que não se beneficia desse desmatamento, mas a pesquisa atesta que isso não é verdade.



O ITR CONTRIBUI PARA O DESMATAMENTO?

Em parceria com estudiosos e pesquisadores, o Escolhas publicou o artigo "***Taxation aiming environmental protection: The case of Brazilian Rural Land Tax***" na revista científica *Land Use Policy*. O texto analisa o atual formato de cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR) e mostra como ele pode até mesmo beneficiar propriedades responsáveis por desmatamentos na Amazônia.

MENU

Energia

Para subsidiar uma transição energética mais justa, são necessárias investigações que ofereçam, também, soluções capazes de minimizar os impactos sociais e econômicos sobre as populações vulneráveis. Assim, em 2022, o Escolhas desenvolveu ferramentas para orientar as decisões de bancos, investidores e empresas de biocombustíveis, além de elaborar uma proposta de revisão dos encargos na tarifa de energia.



“As pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica são as que mais sofrem com a inflação resultante do aumento dos preços de energia e são as mais severamente afetadas pelos eventos climáticos extremos que temos visto em nosso país. Por elas e por todos, é inaceitável que a população brasileira ainda esteja pagando por subsídios ao carvão na conta de luz.”

JULIANA SIQUEIRA-GAY, GERENTE DE PROJETOS

Energia



MAIO

OS NÚMEROS POR TRÁS DO PESO DA CONTA DE LUZ

Em 2022, o Escolhas lançou mão do formato onepage para repercutir dados relevantes com maior agilidade. As publicações Como baixar a conta de luz em até 13,5% e Mais da metade do RJ poderia pagar 26% menos na conta de luz (lançadas em maio e junho, respectivamente) trouxeram dados sobre os impactos de possíveis ajustes no sistema de tributos, bem como do furto de energia, sobre a tarifa cobrada ao consumidor final.



MARÇO

PARA UMA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA: O SELO RENOVABIO SOCIAL

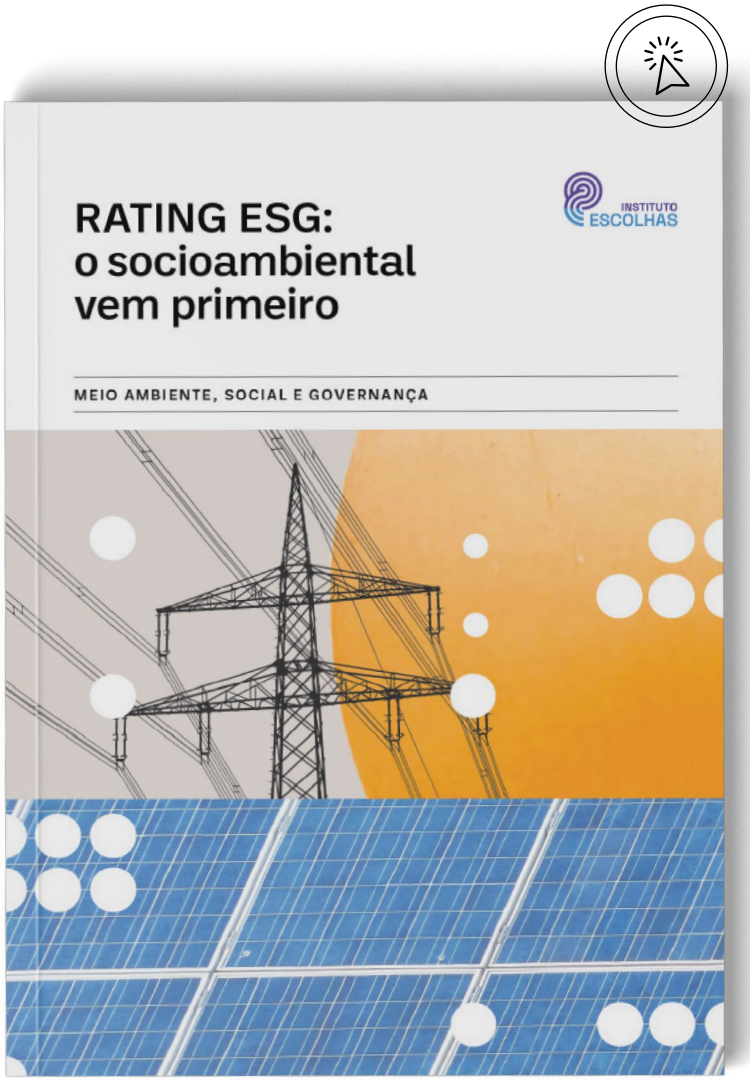
O estudo propõe uma nova certificação social para os biocombustíveis, com foco na inclusão das populações vulneráveis envolvidas nas cadeias produtivas do setor. Desenvolvido com o apoio do Programa de Energia para o Brasil (BEP), financiado pelo governo britânico, também define parâmetros básicos para nortear a proposta de certificação social e sugere a composição de grupos de trabalho e câmaras técnicas para implementação e constante atualização do modelo.

Energia

AGOSTO

RATING ESG: O SOCIOAMBIENTAL VEM PRIMEIRO

Este estudo inovador oferece aos bancos e investidores um instrumento prático e objetivo para facilitar o atual cumprimento das exigências do Banco Central em relação aos riscos ambientais, sociais e climáticos no momento de decidir sobre a alocação de capital. No RATING ESG, composto por 57 indicadores, aspectos ambientais e sociais têm maior peso do que o verificado em outros tipos de classificação, subvertendo a lógica do lucro a qualquer custo.



Outros Temas

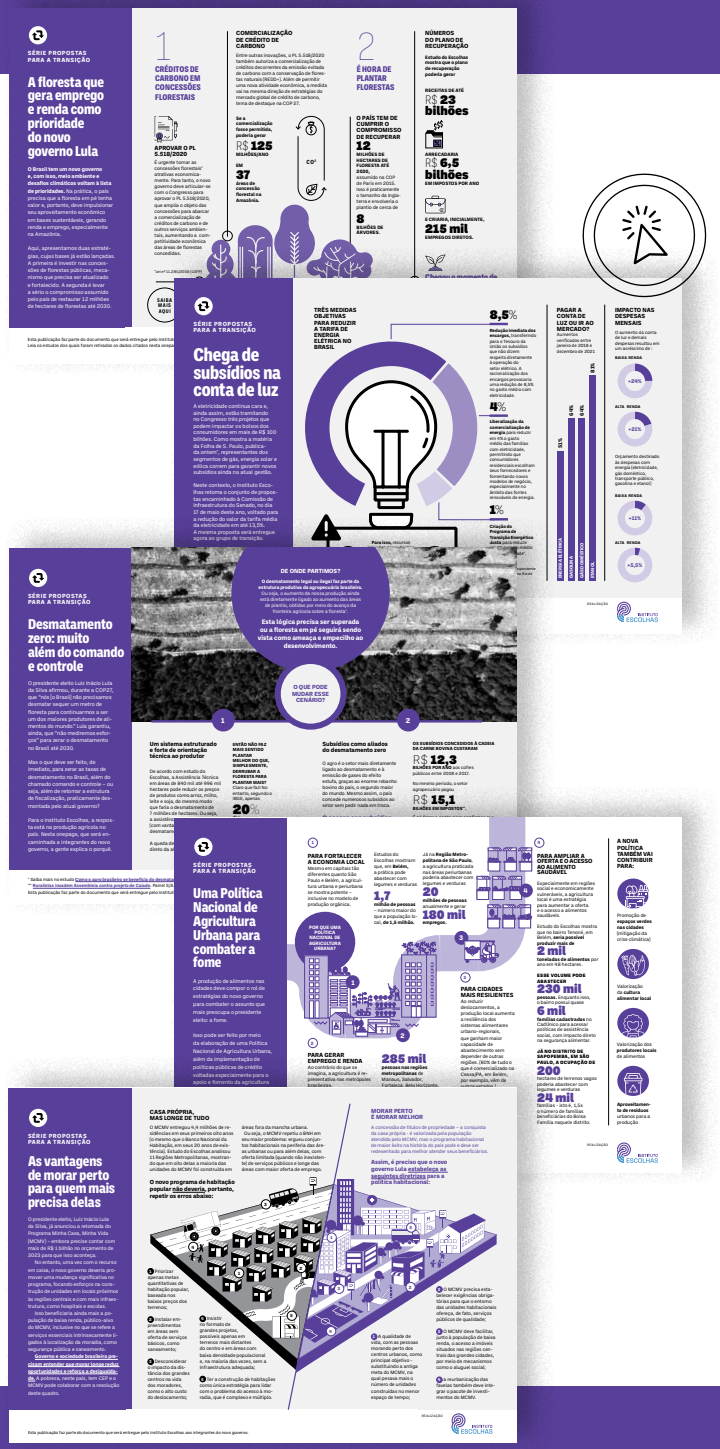
DEZEMBRO

SÉRIE PROPOSTAS PARA A TRANSIÇÃO

O material foi encaminhado aos integrantes da equipe de transição e traz um apanhado de propostas cruciais para recuperar e fortalecer a agenda da sustentabilidade no governo Lula 3.

Os cinco temas escolhidos foram:

- → A floresta que gera emprego e renda como prioridade do novo governo Lula
- → Chega de subsídios na conta de luz
- → Desmatamento zero: muito além do comando e controle
- → Uma Política Nacional de Agricultura Urbana para combater a fome
- → As vantagens de morar perto para quem mais precisa delas



CÁTEDRA ESCOLHAS

3



Mesmo programa, novo público

Em 2022, a Cátedra Escolhas de Economia e Meio Ambiente passou a ser exclusiva para estudantes de mestrado que nasceram ou estudam na Amazônia Legal. Além disso, agora o processo seletivo prioriza candidatas e candidatos indígenas ou afrodescendentes.

No ano passado, foram selecionados quatro novos bolsistas em dois editais (um por semestre). Pela primeira vez, os selecionados receberam um kit de boas-vindas.



A bolsista Keyi Ando Ussami (FEA-USP) defendeu a tese "Avaliação de política de conservação de floresta tropical: o caso da Mata Atlântica no Brasil", aumentando o número de doutores formados que receberam o apoio da Cátedra Escolhas.

ATÉ 2022,

34

pesquisadores – entre mestrandos e doutorandos –foram contemplados com uma bolsa da Cátedra Escolhas.



O bolsista Paulo Eduardo Braga publicou o policy brief ***"Empregos verdes no Brasil: onde estão e quantos são?"***, o sétimo da série Bolsistas da Cátedra Escolhas.

O QUE PASSOU JÁ É 3
ESTUDOS E PUBLICAÇÕES 2
CÁTEDRA ESCOLHAS 3
COMUNICAÇÃO 4
GESTÃO INSTITUCIONAL 5

4

COMUNICAÇÃO



Mais que importante: fundamental

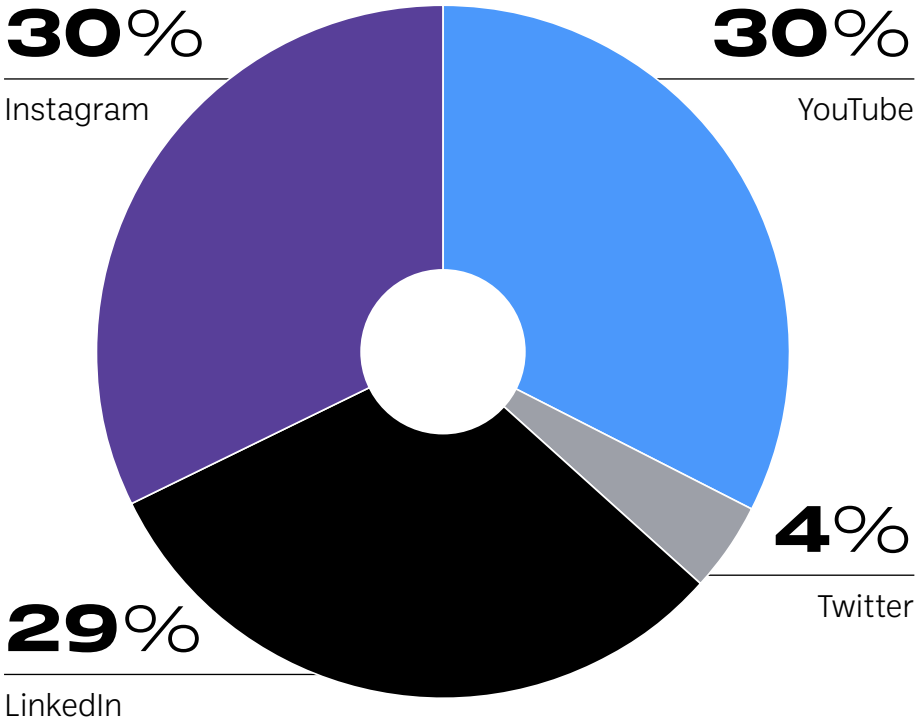
Comunicar os dados e as soluções desenvolvidas pelos estudos do Instituto Escolhas é, para nós, tão importante quanto a fase da pesquisa. E o fato de termos números muitas vezes decisivos para o direcionamento dos debates no campo da sustentabilidade só aumenta a nossa responsabilidade na etapa de divulgação.

EM 2022, O ESCOLHAS TEVE MAIS DE

6.000

MENÇÕES NA IMPRENSA NACIONAL E ESTRANGEIRA, com matérias publicadas em todos os estados brasileiros e em mais de setenta países. Por trás de todo esse alcance, estão evidências fortemente embasadas em métodos de pesquisa rigorosos e informações necessárias para fazer avançar o debate público.

Rede Sociais



MENU

Boletim Escolhas

10 edições do Boletim Escolhas e
9 entrevistas exclusivas com mulheres que são referências em suas áreas de atuação.



LARISSA RODRIGUES

O Brasil virou um país garimpeiro



JAQUELINE FERREIRA

É injusto acreditar que a bioeconomia vai se levantar por si só



LUCIANA F. VEIGA

Entre o desencanto e a esperança raivosa, o eleitor vai às urnas



SANDRA BUENAFUENTE

A bioeconomia será a economia da floresta se trouxer resultados positivos para quem vive na Amazônia.



CRISTIANE JULIÃO

Ninguém está dizendo que é contra o uso dos conhecimentos tradicionais, mas enfiando goela abaixo é que não dá



DOMINGAS DE PAULA MARTINS CALDAS

Se a gente juntar as sabedorias, chega em muitos lugares



CAROLINA GROTTERA

Quando a conta de luz aumenta, quem tem mais recursos desliga o micro-ondas. Mas quem consome o básico, faz o quê?



LUCIANA COSTA E THATYANNE GASPAROTTO

Os bancos que não "esverdearem" seu balanço agora terão problemas para se recuperar no futuro

Destravando a Bioeconomia

Afinal, o que é mesmo essa tal bioeconomia? E por que esse deve se tornar um dos setores mais importantes para o Brasil no futuro próximo? As respostas estão na série Destravando a Bioeconomia, lançada em dezembro de 2022 no canal do YouTube do Instituto Escolhas. Em quatro episódios, a gerente de portfólio Jaqueline Ferreira explica a importância da bioeconomia e detalha onde estão os recursos capazes de destravar essa agenda no país.

JUNTOS, OS EPISÓDIOS JÁ CONTABILIZAM MAIS DE

420 mil

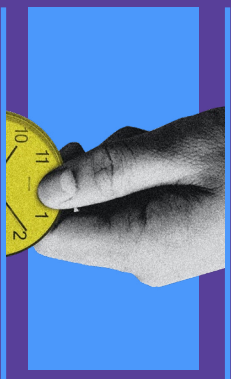
VISUALIZAÇÕES*.

* Em maio de 2023.



5

GESTÃO INSTITUCIONAL







Relatório financeiro

Em 2022, o Escolhas chegou à marca de R$ 7 milhões investidos em 25 projetos na área de sustentabilidade. Isso representa um crescimento de mais de 50% em relação ao ano anterior, que já havia registrado um investimento recorde da instituição.

Esses resultados foram possíveis graças à base institucional, que, em um processo de melhoria contínua, se traduz em um quadro formado por profissionais competentes e maduros e em perfeito alinhamento estratégico.

RELATÓRIO FINANCEIRO

Confira nosso documento de Demonstrações Contábeis 2022.

Relatório de atividades 2022

O ano em que semeamos o futuro

INSTITUTO ESCOLHAS

Licença Creative Commons
Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons

Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

escolhas.org

Siga o Instituto Escolhas